

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.386 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2001

## Em debate, vantagens e desvantagens da Alca

Quais são as vantagens e desvantagens da possível adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca)? A resposta deve ser buscada em audiência pública promovida hoje, a partir das 17h, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores. A reunião, solicitada pelos senadores Eduardo Suplicy e Paulo Hartung, terá a presença de três embaixadores.

PÁGINA 2

## Horário de verão pode cair em dois estados e DF

Projeto que extingue o horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal está na pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que se reúne hoje a partir das 14h. O autor do projeto, senador Maguito Vilela, afirma que o horário de verão impõe sacrifícios aos trabalhadores e riscos à segurança deles.

PÁGINA 3

O seguro deve ser obrigatório para as construtoras e incorporadoras a fim de preservar os investimentos dos mutuários



## Senadores devem votar hoje seguro para construção civil

Objetivo da proposta é preservar recursos aplicados na aquisição de imóveis, no caso de falência de construtoras ou incorporadoras. O mecanismo, segundo o senador Edison Lobão, autor da proposta, evitaria a situação aflitiva a que foram submetidos os 42 mil mutuários da Encol.

PÁGINA 3



## Excesso de embalagens descartáveis exige ação do governo, diz Patrocínio

Os plásticos demoram até 450 anos para sua total degradação. A advertência foi feita ontem pelo senador Carlos Patrocínio ao cobrar ação do governo contra o que considera “excesso de embalagens descartáveis”. Ele pediu coleta seletiva e reciclagem dos descartáveis, para não poluir o ambiente.

PÁGINA 6

## Comissão examina emendas a proposta antidrogas

Seis emendas à proposta da nova Lei de Entorpecentes, apresentadas pela senadora Marluce Pinto, devem ser analisadas hoje pela Comissão de Educação. O projeto foi aprovado pela comissão na semana passada

PÁGINA 5

# Comissões debatem hoje com embaixadores adesão à Alca

Reunião conjunta da CAE e da CRE tem o objetivo de analisar vantagens e desvantagens da possível participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas

As vantagens e desvantagens da possível adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) serão analisadas hoje, a partir das 17h, em audiência pública promovida pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A reunião conjunta, solicitada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Hartung (PSB-ES), vai contar com a presença dos embaixadores Rubens Ricupero, Samuel Pinheiro Guimarães e José Alfredo Graça Lima.

O senador Suplicy relatou, no requerimento em que pede a audiência pública, que a criação da Alca foi idéia do ex-presidente dos Estados Unidos George Bush, pai do atual presidente norte-americano, e que, em 1994, o presidente Bill Clinton conclamou todos os países a formarem uma área de



Paulo Hartung e Eduardo Suplicy solicitaram a reunião conjunta que vai contar com a presença de Rubens Ricupero, Samuel Pinheiro Guimarães e José Alfredo Graça Lima

livre comércio do Alasca à Patagônia, até o ano de 2005.

— Desde então, as negociações sobre a formação da Alca estão sendo conduzidas com base em uma agenda estabelecida, no essencial, pelos Estados Unidos. O que está em curso, como se sabe, é uma negociação marcada por

profundas assimetrias entre os participantes desse grupo — afirmou Suplicy.

De acordo com o requerimento, este é apenas um dos pontos do acordo que merecem reflexão mais aprofundada. Os outros seriam a questão da livre circulação de trabalhadores nas Américas, as bar-



reiras alfandegárias aos produtos brasileiros e as medidas protecionistas dos países desenvolvidos.

— Parece-me fundamental que o Senado se debruce sobre a Alca de forma mais profunda e sistemática — justificou Suplicy.

A reunião ocorrerá no plenário da CAE.

## Procuradores relatam apurações sobre a Guerrilha do Araguaia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), vai realizar audiência pública às 17h30 de hoje para ouvir quatro procuradores da República que acompanham as investigações sobre pessoas desaparecidas que militaram na Guerrilha do Araguaia.

Para a reunião, solicitada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), estão convidados os procuradores Guilherme Zanina Schelb, Ubiratan Cazetta, Felício Pontes Júnior e Marlon Alberto Weichert. Eles devem explicar os procedimentos efetuados pelo Ministério Público para apurar detalhes so-



Jefferson Péres preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

bre a guerrilha, ocorrida na década de 1970, na divisa do sul do Pará com o norte do Tocantins.

O foco principal das investigações, esclareceu Simon, deve ser a informação sobre os lugares em que possam estar os restos mor-

tais dos desaparecidos no confronto entre os guerrilheiros e as Forças Armadas.

— Além de elucidar os senadores, a audiência servirá como colaboração para o relacionamento harmônico e cooperativo entre nossas instituições de defesa e inteligência e a Procuradoria da República — justifica Simon.

## Conleg discute coligações partidárias

Em prosseguimento ao ciclo de debates sobre Reforma Política, a Consultoria Legislativa do Senado Federal (Conleg) promove nesta sexta-feira, às 9h, discussão sobre o tema *Coligações Partidárias*.

Participarão do debate o consultor legislativo do Senado Arlindo Fernandes de Oliveira, a doutoranda em Sociologia da América Latina Leany Barreiro de Souza, o professor de Ciência Política da Universidade de Brasília David Fleischer e a consultora legislativa do Senado Eliane Cruxen Maciel, como moderadora.

A *Fidelidade Partidária* será o próximo assunto do ciclo de debates sobre Reforma Política.



### AGENDA

TERÇA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

9h — Participa da cerimônia de abertura do seminário *O Brasil e a Alca*  
10h — Participa da solenidade de entrega da Comenda Ordem do Mérito Aeronáutico  
17h — Recebe o desembargador Régis Fernandes de Oliveira  
12h — Recebe o embaixador de Israel  
14h30 — Recebe prefeitos de cidades do MS  
17h — Recebe o governador Itamar Franco  
18h — Recebe Antônio Lavareda, diretor-presidente da MCI, acompanhado de Amauri Teixeira  
20h30 — Jantar com o brigadeiro Rosa Filho  
Local: SHIS QI 9 — Conjunto 1 — Casa 4

#### PLENÁRIO

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*  
Pauta: projeto que institui seguro para compradores de imóveis na planta; requerimentos dirigidos ao ministro da Fazenda solicitando informações fiscais sobre a empresa Fazendas Reunidas Boi Gordo e lista de operações de financiamento externo privado com valor superior a US\$ 10 milhões, desde 1995; entre outros.

#### COMISSÕES

11h — *Comissão de Assuntos Econômicos*  
Pauta: 12 itens, incluindo projeto que proíbe mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — *Comissão de Educação*  
Pauta: emendas apresentadas ao substitutivo que institui nova legislação antidrogas; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — *Comissão de Serviços de Infra-Estrutura*  
Pauta: projeto que exclui do horário de verão os estados de Goiás e Tocantins e o Distrito Federal; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

14h30 — *Comissão de Revitalização do Rio São Francisco*  
Pauta: discussão com a diretoria de Programas da Secretaria Executiva do Meio Ambiente. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

14h30 — *Comissão Mista de Orçamento*  
Pauta: requerimentos e relatórios. *Câmara dos Deputados*

17h — *Reunião das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional*  
Pauta: audiência pública sobre a Alca. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — *CPI das ONGs*  
Pauta: depoimento do relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — *Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*  
Pauta: audiência pública acerca dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

#### ESPECIAL

17h30 — Evento cultural *O Pampa no Coração do Brasil*, de iniciativa dos senadores do Rio Grande do Sul. *Biblioteca do Senado*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Goiás, Tocantins e DF podem ficar fora do horário de verão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar hoje, a partir das 14h, em caráter terminativo, projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que extingue o horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. Caso o projeto seja aprovado e não haja recurso para sua análise pelo Plenário do Senado, a matéria seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Maguito entende que o horário de verão sacrifica a classe trabalhadora, incluindo riscos à segurança ao obrigar o empregado a deslocar-se, bem cedo, ainda no escuro, para o trabalho. Além do mais, no entender do senador, a redução de demanda de energia elétrica é pequena no período.

Como exemplo, Maguito Vilela informou que no ano passado, enquanto a economia para o Sistema Integrado Brasileiro foi de 2.997 MW/h, no período de ponta, no Distrito Federal e em Goiás a redução de consumo foi de apenas 25 MW/h e 36 MW/h, respectivamente. O relator da matéria, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), é a favor da aprovação do projeto.

### GÁS NATURAL

Na mesma reunião, a CI, presidida pelo senador José Alencar (PL-MG), analisa em regime de urgência projeto do Executivo

## Gilvam pede ao BNDES que financie hidrelétrica no Norte

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu que o BNDES acelere o processo de financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari (AP) e Almerim (PA). Explicou que o empreendimento já recebeu todos os certificados de qualidade ambiental e obteve aprovação do Ibama, faltando para seu início apenas o empréstimo.

O consórcio que deve construir a usina vem solicitando ao BNDES que financie R\$ 160 milhões do custo da obra, enquanto os outros R\$ 40 milhões necessários serão desembolsados pelo próprio grupo. O senador observou que, desde agosto passado, por decisão do presidente da República, o BNDES pode financiar integralmente qualquer projeto de usina hidrelétrica.

A Usina de Santo Antônio, con-



Para Maguito Vilela, horário de verão coloca em risco a segurança dos trabalhadores

que reduz a zero a alíquota das contribuições para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas operações de venda de gás natural e de carvão mineral destinados à produção de energia elétrica.

O projeto tem parecer favorável de Fernando Matusalém (PPB-RO).

A CI vota ainda projeto que cria adicional tarifário no valor de 1% incidente sobre o valor das passagens aéreas vendidas nas chamadas linhas domésticas não suplementadas dentro da Amazônia Legal. O projeto é de autoria de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e tem parecer favorável de Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Gilvam: usina já recebeu todos os certificados de qualidade ambiental



forme Gilvam Borges, produzirá 100 megawatts de energia, 70% destinados à Eletrobrás, para utilização no Amapá, enquanto os outros 30% servirão ao Pólo Jari. Se concretizada a obra, só o município de Laranjal do Jari receberá por ano R\$ 950 mil de taxa de compensação financeira.

O senador afirmou que, num momento de "apagão", o governo não pode abandonar qualquer projeto que seja viável e que vá aumentar a produção de energia elétrica do país. No caso, só a garantia que a Eletrobrás já deu de compra de 70% da energia "torna a Usina de Santo Antônio viável".

## Plenário examina seguro para a construção civil

Objetivo do projeto é preservar os recursos dos compradores de imóveis no caso de falência das construtoras

O projeto de lei que cria seguro obrigatório para a construção civil, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), é um dos itens da pauta de votações de hoje do Senado. O objetivo da proposta é preservar os recursos aplicados na aquisição dos imóveis, no caso de falência de construtoras ou incorporadoras. Mecanismos como esse, salientou o senador, "evitariam a situação aflitiva a que foram submetidos 42 mil mutuários da Encol".

O seguro-garantia se aplica também às licitações públicas, seja quando se tratar de obras, seja no caso de fornecimento de bens e serviços. O projeto será votado nos termos de substitutivo do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).



Edison Lobão quer evitar que se repita a "situação aflitiva a que foram submetidos 42 mil mutuários da Encol"

O Senado também deve votar proposta de emenda constitucional determinando que as informações prestadas pelo governo ao Congresso sejam classificadas como secretas, confidenciais ou reservadas. A proposta, elaborada

da pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), recebeu substitutivo da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Serão votadas ainda autorizações para funcionamento de emissoras de rádio no Piauí, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

## Maria do Carmo protesta contra imposição de feriados no Nordeste

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) protestou contra a decisão do governo federal de impor feriados semanais aos estados nordestinos. Ela comentou que a medida impõe prejuízos à região, já que fábricas deixarão de produzir, o comércio venderá menos, o Produto Interno Bruto (PIB) diminuirá e o desemprego deverá aumentar. Ela responsabilizou o governo Fernando Henrique Cardoso pela crise energética.

— O Nordeste, que já é a região mais pobre do Brasil, aquela que abriga mais da metade da miséria absoluta nacional, estará, este ano, por culpa exclusiva de erros estratégicos do presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda mais distante do padrão de desenvolvimento de suas coirmãs mais desenvolvidas do Sul e Sudeste. Isto é, a profunda desigualdade regional brasileira, que já é a maior dentre todas as modernas nações do mundo, será ainda mais agravada — afirmou a parlamentar.

Segundo Maria do Carmo Alves, ao contrário da versão oficial do governo, a crise energética não é decorrente de um fenômeno da natureza: a falta de chuvas. Para ela, essa

é uma explicação falsa, já que considera a verdadeira causa "um imperdoável erro administrativo".

No entendimento da senadora por Sergipe, o problema foi gerado por uma visão "ensandecida" de tecnocratas que seguem uma política econômica monetarista. Essa política, afirmou, "sacrifica todo o setor produtivo nacional em prol da busca de um superávit fiscal a qualquer preço".

### HIDRELÉTRICAS

Maria do Carmo também negou ter sido um erro estratégico o Brasil investir prioritariamente no aproveitamento da energia das hidrelétricas. Assinalou que essa é a energia mais barata e menos poluente de todas as conhecidas. Ela registrou ainda ser falsa a justificativa de que o parque hi-

droenergético brasileiro deixa o país em condições frágeis.

— O sistema foi concebido para resistir até a cinco anos de poucas chuvas — lembrou.

A senadora criticou os financiamentos vantajosos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atraíram o capital estrangeiro para investirem na compra das distribuidoras de energia já existentes no Brasil, em detrimento da construção de novas hidrelétricas.

— As empresas de distribuição energética, agora quase todas em mão do capital externo, se dão ao desplante de pressionar o governo para aumentar as tarifas, a fim de serem compensadas pelos supostos prejuízos causados pelo racionamento — criticou.



Maria do Carmo: feriados semanais geram prejuízos, com queda nas vendas e aumento do desemprego

# Projeto impede alterações na LDO depois que entrar em vigor

Relator José Fogaça argumenta que o governo tem modificado a legislação, algumas vezes por meio de medida provisória, o que "constitui afronta à competência do Congresso"

Projeto de lei complementar que proíbe o governo de promover alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) após sua entrada em vigor está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevista para as 10h. A matéria é de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR).

Ao dar parecer favorável ao projeto, o senador José Fogaça (PPS-RS) disse que, apesar de a LDO ter ficado mais fortalecida com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo sempre vem alterando o seu conteúdo após a aprovação. "E o que é pior, essas alterações têm sido feitas, algumas vezes, por meio de medida provisória, o que constitui afronta à competência institucional do Congresso Nacional", acrescenta Fogaça.

De acordo com o projeto de lei



Proposta de Osmar Dias proíbe elevação de despesas públicas e novos indicadores

de Osmar Dias, após a sanção, a LDO não poderá ser alterada para permitir modificação na legislação tributária; possibilitar elevação de despesas públicas; trazer novos indicadores da proposta de lei orçamentária anual; ou trazer novo rateio da participação dos diversos poderes nas despesas de pessoal.

Segundo o relator, a proposta, além de tornar mais rígida a Lei de Diretrizes Orçamentárias, con-

tribuiu para sua maior credibilidade, "tornando-a instrumento fundamental para a administração das finanças públicas e para o controle parlamentar sobre o Poder Executivo".

## NORMAS GERAIS

A Comissão de Assuntos Econômicos deverá analisar também, em sua reunião de hoje, substitutivo ao projeto de autoria do seu presidente, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que cria normas

gerais para todas as peças orçamentárias do setor público, abrangendo os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) nos âmbitos federal, estadual e municipal, e ainda um sistema de contabilidade institucional.

O projeto de lei complementar de Lúcio Alcântara recebeu parecer favorável do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que apresentará, contudo, substitutivo ao projeto, promovendo aperfeiçoamentos com base em outras matérias já em tramitação na Câmara dos Deputados, conforme anunciou.

As normas propostas visam a atingir as leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Orçamento Geral da União (OGU) e do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), além dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

## Proibição de taxa mínima de energia em exame na CAE

As companhias distribuidoras de energia elétrica não poderão mais cobrar a taxa mínima dos consumidores residenciais, a título de "custo de disponibilidade". Cada consumidor somente poderá ser cobrado, efetivamente, pelo que consumir, mesmo após o final do período de racionamento imposto pelo governo. Isso é o que estabelece projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), que deverá ser analisado hoje, em caráter não terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer favorável do relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Segundo Osmar Dias, a medida adotada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica de não aplicar o custo de disponibilidade às faturas de consumidores residenciais cujo consumo seja inferior à respectiva meta e não exceda a 100 kW (quilowatt) "será sempre oportuna, e não apenas enquanto vigorar o racionamento".

O relator, Waldeck Ornélas, esclarece que a cobrança da taxa mínima foi suspensa pela Câmara de Gestão da Crise de Energia



Relator da matéria, Waldeck Ornélas é favorável à manutenção da medida

Elétrica para que o consumidor que cumprisse sua meta pudesse receber o valor integral do bônus a que faria jus. Ele argumenta que, mesmo após o racionamento, não há razão para não se manter esse estímulo à economia de energia entre os pequenos consumidores.

A CAE deverá examinar, ainda, projeto de lei de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que prevê a inclusão, no Estatuto da Cidade, de dispositivo que obriga as edificações de uso coletivo, públicas e privadas, a disporem de instalações hidráulicas que permitam a utilização da energia solar como fonte de aquecimento.

## Aposentado com tuberculose ou hanseníase pode perder isenção

Projeto que exclui da isenção do Imposto de Renda os aposentados doentes de tuberculose e de hanseníase também está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) realiza hoje.

A proposta inclui entre os beneficiados com a isenção do Imposto de Renda os aposentados que sofrem de hepatopatia grave (doença do fígado) e de fibrose cística (degeneração da vesícula biliar). O senador Tião Viana (PT-AC) é o autor da matéria, que tem decisão terminativa na CAE.

O projeto estabelece, ainda, para evitar interpretações que excluam do benefício da isenção os portadores de doenças mentais graves, uma definição mais precisa desses casos, do ponto de vista da medicina.

O senador Tião Viana, que é médico, explicou que a exclusão dos aposentados portadores de tuberculose e de hanseníase do benefício fiscal que vigora atualmente deve-se ao fato de serem essas duas doenças curáveis com os recursos da medicina moderna. Ele argumenta que tanto a



Autor do projeto, Tião Viana argumenta que se trata de doenças curáveis

hanseníase quanto a tuberculose têm tratamento gratuito e de acesso universal nos serviços públicos de saúde do país, há mais de 30 anos.

A hanseníase e a tuberculose ainda são doenças de grande incidência no Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 1997 foram registrados 86.741 casos de lepra no Brasil e 83.309 casos de tuberculose.

O relator da matéria, senador Arlindo Porto (PTB-MG), apresentará voto pela aprovação. Ele observa que a ciência médica atual "não mais vê como moléstias graves ou incuráveis a tuberculose e hanseníase".

## Comissões discutem emendas ao Orçamento

Cinco comissões permanentes devem reunir-se hoje para votar as emendas que deverão apresentar ao projeto de Orçamento para 2002. Pela manhã, a partir das 10h, está prevista reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que entregou a relatoria das emendas ao senador Moreira Mendes (PFL-RO).

As demais comissões devem apreciar as propostas orçamentárias à tarde e à noite. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) discute o assunto às 14h, enquanto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dedica-se à matéria a partir das 17h. Já as Comissões de Fiscalização e Controle (CFC) e de Educação (CE) analisam as emendas em reuniões marcadas, respectivamente, para as 18h e para após a ordem do dia.

De acordo com as normas da Comissão Mista de Orçamento, as emendas das comissões permanentes destinam-se a programas ou projetos de interesse nacional. Diferenciam-se, portanto, das emendas das bancadas estaduais no Congresso, que priorizam obras de destaque em cada estado, e das emendas parlamentares individuais, voltadas para iniciativas desenvolvidas nas bases eleitorais de deputados e senadores.

## Parlamentares poderão visitar Rio São Francisco

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) poderá visitar várias regiões situadas no Vale do Rio São Francisco, a fim de avaliar suas necessidades sociais, ambientais e de desenvolvimento. Requerimento neste sentido, de autoria do deputado João Leão (PSDB-BA), deverá ser apreciado hoje pela comissão, a partir das 14h30.

Também está na pauta da comissão, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), a análise de autorizações de execução orçamentária para este ano, a primeira destinada à modernização da infra-estrutura aeroportuária de Salvador (BA). A segunda contempla a melhoria da infra-estrutura de irrigação de uso comum do projeto de várzea de Souza, no estado da Paraíba.

A comissão deverá ainda apreciar pedido de crédito especial, no Orçamento da União de 2001, para os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor total de R\$ 2,86 milhões.

# Comissão vota emendas a projeto antidrogas

Também está na pauta da CE projeto de Romero Jucá que elimina impedimento legal à reeleição dos reitores e vice-reitores de universidades, diretores e vices de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior

Depois de ter aprovado, no último dia 16, substitutivo do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) à proposta que atualiza a legislação antidrogas, a Comissão de Educação (CE) examina hoje seis emendas apresentadas à matéria pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). O relator já antecipou que deverá acolher a emenda que exige autorização judicial para a utilização dos bens apreendidos em operações de tráfico.

O substitutivo restabelece a possibilidade de que esses bens — que, pelo texto aprovado, são os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, além de maquinismos, utensílios, instrumentos e outros objetos utilizados na prática de crime, exceto as armas — sejam utilizados pela polícia judiciária. Acrescenta que a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) será responsável pela indicação dos bens e dos órgãos ou entidades que terão sua custódia.



Marluce Pinto apresentou seis emendas ao projeto de lei antidrogas aprovado na semana passada pela Comissão de Educação

O projeto também prevê a alienação dos bens apreendidos, caso seja pedida pelo Ministério Público, mas indica que não serão alienados os bens que estiverem em uso pelas autoridades indicadas pela Senad.

Com a exigência da autorização judicial, a senadora quer “estabelecer critério temporal à utilização” pela polícia judiciária. Assim, se a alienação dos bens for pedida pelo Ministério Público, o juiz não inclui-

rá os bens em uso pela autoridade policial, “não havendo solução de continuidade”.

A CE também vai analisar, em caráter terminativo, parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável ao projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que revoga o artigo que impede a reeleição dos reitores e vice-reitores de universidades, diretores e vices de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior. O mandato dos reitores e diretores é de quatro anos.

Além de oito projetos de decreto legislativo que autorizam a execução de serviço de radiodifusão em vários estados, está também na pauta da comissão parecer do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) favorável ao projeto de Ney Suassuna (PMDB-PB) que denomina de Geralda Freire Medeiros a ponte sobre o Rio Espinharas, na cidade de Patos (PB).

Luiz Pontes também é o autor de parecer favorável a projeto da Câmara dos Deputados que institui o Dia da Bíblia e que será examinado na reunião da CE.

## Simon atribui eleição e renúncia de Jader a manobras de FHC

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que a eleição para a presidência do Senado e o posterior processo de cassação que levou à renúncia de Jader Barbalho (PMDB-PA) foram uma jogada metódica e maquiavélica do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Ele falou sobre os bastidores da ascensão e queda de Jader em resposta a comentário feito pelo ex-ministro Ciro Gomes, em palestra realizada na Câmara Brasileira de Construção Civil, em Recife.

Na véspera da eleição para a presidência do Senado, lembrou Simon, o PMDB ainda não tinha escolhido seu candidato. “Falavam no nome de Jader, mas, por já ser presidente do partido e líder da bancada, era pouco provável”, observou. A indicação de José Sarney (PMDB-AP) pelo então presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o veto a Jader, na avaliação do senador gaúcho, foram decisivos para o partido tomar uma posição.

— Na época, ACM era o vice-rei do Brasil, o dono do Congresso e do Senado, o presidente Fernando Henrique tremia diante das palavras

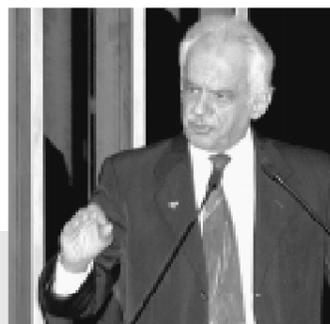
dele. A bancada do PMDB ficou na situação de aceitar o veto ou não. Na reunião do partido, Jader fez um longo pronunciamento e entregou dois dossiês de ex-presidentes do Banco Central o inocentando. Resolvemos dar um voto de confiança para não aceitar o veto, mas achávamos que o nome dele não seria aceito pelo PSDB — revelou Simon.

Para surpresa da bancada do PMDB, segundo Simon, os senadores do PSDB foram orientados pelo Palácio do Planalto a votar em Jader, para que o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) vencesse a disputa pela presidência da Câmara.

— Jader ganhou, mas FHC foi mais além: orientou o PSDB e o PFL a votarem pela cassação de ACM no episódio da violação do painel, que estava sendo investigado pelo Conselho de Ética — disse.

Após a renúncia de Antonio Carlos, prosseguiu Pedro Simon, o Banco Central emitiu um terceiro parecer, desta vez com várias denúncias contra Jader Barbalho.

— Ninguém há de imaginar que o presidente do Banco Central (Arminio Fraga), de repente, sem mais



Para Pedro Simon, “talvez não tenha havido outra jogada tão maquiavélica de FHC”

nem menos, distribuiria um relatório novo, coisa que ele não fez durante todo o debate — afirmou, acrescentando que, historicamente, o Banco Central não se envolve, não cobra e sequer cumpre o seu papel de fiscalização.

Para o senador pelo Rio Grande do Sul, “talvez não tenha havido outra jogada tão maquiavélica de Fernando Henrique como essa”.

— Primeiro apoiou Jader, que parecia o tal quando foi eleito presidente. Depois incentivou PFL e PSDB a votarem pela cassação de ACM no Conselho de Ética. Quando Jader parecia um herói, após a renúncia de Antonio Carlos, o Banco Central apresentou um relatório que terminou por levar à sua renúncia — enumerou Simon.

## Mozarildo protesta contra tratamento à CPI das ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) protestou contra a forma como parte da imprensa vem tratando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está investigando a atuação das organizações não-governamentais (ONGs). Ele referiu-se especialmente a matéria publicada no jornal *O Globo*, no dia 30 de setembro, intitulada “Persistência de inimigo de ONGs mantém CPI”, que o trata como “histórico opositor das ONGs que, em Roraima, defendem a preservação e ampliação das áreas indígenas de ianomâmis e outras etnias”.

Dizendo-se surpreso com o tratamento que a CPI vem recebendo, Mozarildo Cavalcanti lembrou que a comissão, presidida por ele, tem como objetivo investigar denúncias de irregularidades cometidas por ONGs. Ele destacou que, mesmo tendo sido instalada em um momento difícil para o Senado (que culminou com as renúncias de vários senadores), a CPI vem realizando o seu trabalho e já ouviu depoentes sobre três ONGs.

— Uma dessas organizações não-governamentais, a Associação Amazônia, também foi investigada por uma CPI da Assembléia Legislativa de Roraima. A conclusão do trabalho foi que a ONG, de forma fraudulenta, nebulosa e não usual, adquiriu 174 mil hectares de terra no sul de Roraima. O relatório elaborado pelos deputados é uma das peças que estamos analisando.

### AMETISTA

Mozarildo Cavalcanti acrescentou que a CPI também ouviu representantes da organização Cooperindio (Cooperativa de Produção dos Índios do Rio Negro), cujo vice-presidente, Adir Nagel Júnior, foi preso em Manaus, pela Polícia Federal, transportando sete



Mozarildo afirma que a CPI vem realizando o seu trabalho e já ouviu depoentes sobre três ONGs

toneladas de ametista e 300 quilos de tantanita. Os minérios teriam sido retirados ilegalmente das terras dos índios tucanos e banuias.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), também membro da CPI, ratificou que a comissão não foi instalada para perseguir ou exaltar ONGs, mas para examinar a natureza de suas operações no Brasil e verificar quais efetivamente trabalham com seriedade e as que desenvolvem suas ações em interesse próprio.

Por sua vez, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) citou um exemplo de atuação de ONGs que não contribuem para o desenvolvimento do Brasil. Ele lembrou que, na época em que a comissão mista que analisa a medida provisória que altera o Código Florestal estava votando o seu relatório, organizações não-governamentais trouxeram um bolo com as cores da bandeira nacional para a frente do Congresso. “Eles retalharam o bolo com uma motosserra, dizendo que os parlamentares estavam cortando o Brasil, que iriam retirar 80% da mata amazônica, o que não era verdade”, comentou.

## Deputado fala sobre grilagem na Amazônia

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) ouviu hoje, a partir das 17h30, o deputado Sérgio Carvalho, relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, criada na Câmara dos Deputados, e que teve os seus trabalhos con-

cluídos em setembro passado.

Durante um ano e meio, a CPI apurou inúmeras denúncias envolvendo ocupação irregular de terras na Amazônia. Nesse período, de acordo com o relatório da comissão, foram indicadas mais de 60 empresas e pessoas ligadas a fraudes envolvendo terras.

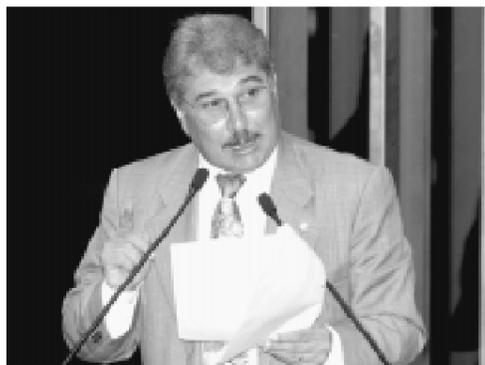
# Patrocínio alerta para excesso de embalagens descartáveis

Riscos ambientais preocupam o senador, que sugere medidas urgentes para incentivar a volta dos recipientes retornáveis

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) pediu em discurso que o governo tome medidas urgentes para incentivar a volta das embalagens retornáveis, fixando normas e concedendo até mesmo redução fiscal para as empresas de reciclagem. Ele ressaltou que o uso excessivo de embalagens descartáveis vem provocando graves danos ao meio ambiente, lembrando que os plásticos demoram até 450 anos para sua total degradação.

— Há algum tempo, uma inundação na favela Novo Horizonte, no Rio, que causou mortes e numerosos desabrigados, foi provocada pelo represamento, sob uma ponte, de milhares de garrafas do tipo *pet* e de outras embalagens plásticas descartáveis — disse.

Patrocínio destacou a importância das embalagens modernas, que aumentam o prazo de validade de alimentos e reduzem desperdícios, mas alertou que as embalagens descartáveis exigem coleta de lixo seletiva e a instalação de empresas de recicla-



Patrocínio lembrou tragédia provocada pelo represamento de embalagens descartáveis

gem. No caso brasileiro, a situação ainda está longe de chegar ao ideal, apesar de já ocorrer reciclagem de 70% das latas de alumínio, 71% do papel ondulado e 36% do papelão. Apenas 15% dos plásticos rígidos são hoje reaproveitados no Brasil.

No setor de vidros, há reciclagem de 40%, mas o número não espelha as vantagens do produto. O senador informou que as tradicionais garrafas de cerveja de 600 mililitros são usadas por até 25 vezes, com durabilidade de seis a sete anos. Por isso, Carlos Patrocínio defende a redução de impostos para as empre-

sas de reciclagem, o que traria benefícios não apenas econômicos, mas principalmente para a saúde da população e para o meio ambiente.

Os números apresentados por Carlos Patrocínio mostram a importância alcançada pela indústria de embalagens e o crescimento do trabalho de reciclagem. Atualmente, 200 mil brasileiros trabalham com reciclagem, com um faturamento anual de R\$ 1,2 bilhão e potencial para chegar a R\$ 5,8 bilhões. Já o setor de embalagens apresenta um faturamento de R\$ 12 bilhões por ano.

# Álvaro Dias lamenta cassação de liminar que impedia venda da Copel

A cassação da liminar que impedia o leilão da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), pelo presidente do Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, provocou protestos do senador Álvaro Dias (PDT-PR). Ele informou que nos próximos dias muitas outras ações populares serão impetradas, acrescentando que é autor de uma delas. Segundo o senador, cerca de 93% dos paranaenses são contrários à venda da empresa.

Álvaro Dias lembrou afirmação do presidente do BNDES, Francisco Gros, de que é uma “hora ruim para vender a Copel”, e que várias empresas estrangeiras já anunciaram desistência do leilão. Segundo o senador, mesmo assim o governo estadual continua insistindo na venda da empresa.

— Fica difícil entender a insistência do governo do estado em promover o leilão no próximo dia



Álvaro prevê novas ações contra a privatização da empresa, inclusive uma de sua autoria

31. Sem dúvida, essa teimosia custará muito caro ao povo do Paraná. O estado perderá bilhões com esse leilão precipitado. É por isso que mais de 40 entidades representativas da sociedade paranaense se organizaram contra o leilão da Copel e, agora, preparam ações populares que serão impetradas nos próximos dias até o momento do leilão — alertou.

O senador Iris Rezende (PMDB-

GO) disse que acompanha há muito tempo a luta de Álvaro Dias contra a privatização da Copel e que tem vivido problema semelhante em seu estado, onde o governador quer privatizar a Centrais Elétricas de Goiás.

— Todos sabemos das artimanhas na composição de todo esse processo, da escolha das empresas que procedem a avaliação e a coordenam. Estou certo de que nem V. Ex<sup>a</sup> nem nós de Goiás seremos censurados pelas gerações vindouras como omissos em relação a um negócio público injustificável sob quaisquer pretextos — afirmou.

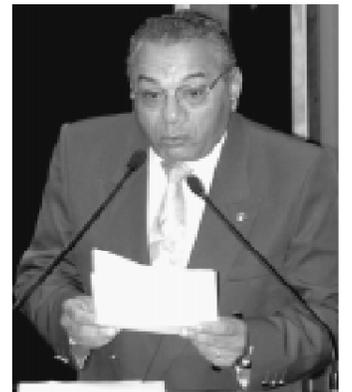
Álvaro Dias ainda apelou ao presidente do Tribunal Regional Federal em Porto Alegre para que, “com cuidado, atenção e competência”, possa atender ao interesse público, não cassando liminares que, eventualmente, possam ser concedidas pelos juízes federais do Paraná.

# Jonas quer garantir recursos para álcool combustível

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ontem ao Senado atenção para que a emenda constitucional que cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) assegure o financiamento de todos os programas e operações relacionados ao abastecimento de álcool combustível, gás natural, derivados de petróleo e pagamento de subsídios a preços e transportes.

Originária do Executivo e já alterada na Câmara dos Deputados, a proposta de emenda constitucional estabelece que a nova contribuição será cobrada nas importações de petróleo, gás natural e álcool combustível, e que os recursos arrecadados se destinarão a duas despesas: pagamento de subsídios a preços e transporte desses combustíveis e projetos ambientais.

Conforme Jonas Pinheiro, a Cide substituirá a Parcela de Preços Específica (PPE), que gera receita essencial para os programas de apoio ao setor de combustíveis. Mas ele alertou o Plenário para o fato de que a Cide não tem o mesmo caráter parafiscal da PPE, por isso adaptações precisam ser feitas a fim de que programas e operações



Jonas teme que programas relacionados ao álcool combustível fiquem a descoberto

relacionados ao álcool combustível não fiquem a descoberto.

Lembrando que o senador Iris Rezende (PMDB-GO) tem uma emenda a essa proposta, Jonas Pinheiro recomendou sua aprovação, dizendo que, se essa mudança não for colocada na Constituição, não será também possível colocá-la no Orçamento.

Em apertes, os senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Moreira Mendes (PFL-RO) disseram que, se não for aprovada essa mudança, a legislação concernente ao álcool combustível sofrerá uma lacuna, sendo necessário inserir a modificação e votá-la o mais rápido possível.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Saúde/Unip* — Correção de deformações congênitas — Parte 2  
6h30 — *Debate* — O senador Lúcio Alcântara e o livreiro Wilson Hargreaves falam sobre o mercado editorial  
7h30 — *Entrevista* — O deputado Elias Murad fala sobre o horário de verão  
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — *Saúde/Unip* — Correção de deformações congênitas — Parte 2  
9h — *As Cores do Brasil Apinayê*  
9h30 — *Entrevista* — O senador Mauro Miranda fala sobre moradia e desenvolvimento urbano  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos — Reunião com 12 itens na pauta e a apresentação de emendas ao Orçamento 2002 (ao vivo)  
11h30 — Comissão de Educação — Doze itens em pauta, entre eles projeto que dispõe sobre o tráfico e uso de drogas; o que cria o Dia da Bíblia e mais 8 renovações de concessões de rádio e TV (ao vivo)  
14h30 — Sessão Plenária — (ao vivo)  
Logo após — Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores — Audiência Pública sobre “Alca — A Retomada de uma Agenda”. Convidados: Rubens Ricúpero; Samuel Pinheiro Guimarães e José Alfredo Graça Lima (ao vivo)  
20h30 — *Entrevista* — O deputado Elias Murad fala

sobre o horário de verão

21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — *CPI das ONGs* — Depoimento do deputado Sérgio Carvalho, relator da CPI da Grilagem de Terras da Amazônia da Câmara (Gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviços  
9h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo Mundo  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
13h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (reprise)  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviços  
20h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (reprise)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — Jazz e Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

### Santos propõe voto de louvor pela reedição do "Sítio"

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou requerimento para o envio de voto de louvor ou aplauso para a TV Globo pela reedição do programa infantil *Sítio do Pica-Pau Amarelo*. Santos disse que, sendo aprovado, o voto de louvor será concedido justamente e espera que o exemplo da Globo se multiplique pelas outras emissoras de tevê.

Ricardo Santos lembrou que a Comissão de Educação (CE) tem debatido o conteúdo da programação televisiva brasileira e formas pelas quais as emissoras poderiam adotar, progressivamente, programas de interesse educativo, especialmente para a população infantil. Outro aspecto que a CE tem discutido, acrescentou o senador, é a divulgação de programas de teor cultural.

### Pedro Simon saúda retorno de programa infantil

Ao parabenizar a Rede Globo pelo relançamento do seriado infantil *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o programa é um marco na história da televisão brasileira. Ele lembrou que em algumas reuniões da Subcomissão de Rádio e TV, da Comissão de Educação, muitos senadores se queixaram da retirada do *Sítio* da programação da emissora.

Segundo Simon, em depoimento à subcomissão, o então diretor da Globo Walter Avancini explicou que o programa fora retirado do ar porque estava perdendo audiência para um concorrente, "que tinha no horário um programa de desenhos animados apresentado por uma loura bonita".

### Comissão do Rio São Francisco realiza audiência

A Comissão Especial que acompanha e avalia o projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco recebe hoje, às 14h30, o diretor de Programas da Secretaria Executiva do Meio Ambiente e suplente no Comitê Gestor do Projeto do Rio São Francisco, Aldenir Chaves Paraguaçu.

O diretor comparece a convite do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), e em substituição ao secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho.

# Iris apela a FHC em defesa da renegociação da dívida agrícola

Conforme senador, proposta integra sugestões de entidades de classe para alavancar agricultura. Ele disse que setor deseja renegociar dívida securitizada em 20 anos

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso em favor da renegociação da dívida do produtor rural. Ele disse que essa proposta integra as sugestões para alavancar o setor agrícola apresentadas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

As entidades ruralistas, segundo o parlamentar, defendem renegociação das dívidas securitizadas em 20 anos, com uma taxa de juros de 3% ao ano, retirando-se a equivalência em produto. O senador lembrou, no entanto, que para a

renegociação obter êxito o Congresso deve modificar a Medida Provisória 2.196, que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Isso, segundo ele, abriria caminho para o fortalecimento da agricultura.

Ele enfatizou que esse fortalecimento contribuiria para desenvolver o comércio exterior, o que, conforme disse, vai ao encontro do objetivo do governo, que é de incrementar as exportações.

Iris Rezende divulgou pesquisa realizada pela CNA segundo a qual 80% dos 10 mil produtores rurais de Goiás não têm condições de pagar a parcela da dívida que vence este ano. A pesquisa, acrescentou, revela que o produtor rural acumula



Fortalecimento da agricultura aumentaria exportações, afirmou Iris Rezende

defasagem de renda de 40% de 1994 até agosto passado.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que é hora de uma mobilização do governo para poder viabilizar a so-

breviência do setor agrícola do país. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator da MP 2.196, disse que o produtor rural quer pagar sua dívida, mas de acordo com suas condições.

## Moreira Mendes destaca mecanização em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) enalteceu o Programa de Mecanização Agrícola em pequenas propriedades rurais de Rondônia. O programa, desenvolvido pelo governador José Bianco, visa ao desenvolvimento sustentável do setor produtivo de Rondônia. O parlamentar participou, em julho, de solenidades de lançamento do programa realizadas nos municípios de Porto Velho, Distrito de Extrema e de Nova Califórnia.

De acordo com o senador, o governo do estado adquiriu tra-

tores de esteira, caminhões de apoio e tratores de pneu, montando as chamadas patrulhas mecanizadas, que se distribuíram pelo estado. O programa, que conta também com a participação de recursos da União e do produtor rural beneficiado, procura desenvolver ações que proporcionem melhorias na propriedade, através da construção de represas e tanques, grandes terreiros de café e mecanização de áreas degradadas.

Moreira Mendes frisou que o trabalho de mecanização tem por



Moreira Mendes disse que projeto também incentiva piscicultura e melhoria do rebanho

objetivo reaproveitar áreas abandonadas, reincorporando-as ao sistema produtivo e evitando a ex-

pansão de novos desmatamentos. Assim, acrescentou, as atividades agrícolas ganham em produtividade e qualidade.

Ele informou que o projeto também incentiva a piscicultura e procura melhorar a qualidade da alimentação do rebanho. Para Moreira, esse é o "verdadeiro caminho, ao contrário daquele proposto por ambientalistas radicais" que querem engessar o desenvolvimento de Rondônia e da Amazônia, como preconizam na discussão da Medida Provisória 2.166, que altera o Código Florestal.

## Maldaner elogia trabalho de cooperativas em Santa Catarina

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou as conquistas obtidas por trabalhadores rurais do oeste de Santa Catarina que, organizados em cooperativas e contando com o apoio tecnológico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), conseguiram otimizar suas produções e hoje atendem os mercados interno e externo.

Ele apontou o alcance social do desenvolvimento naquela região do país, ressaltando que o aumento da renda do pequeno proprietário rural é uma forma de fixar o homem ao campo e evitar a continuação do processo de êxodo rural, responsá-



Casildo Maldaner ressaltou o alcance social do desenvolvimento verificado no oeste do estado

vel pelo inchaço nas cidades.

Maldaner apontou a Cooperativa Central do Oeste Catarinense Aurora como uma das mais atuantes do país.

## Sebastião Rocha quer criação de distrito agropecuário no Amapá

Projeto de lei do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) autoriza o Executivo a criar um distrito agropecuário no município de Porto Grande (AP), com o objetivo de criar um pólo de desenvolvimento sustentando. Um dos benefícios da iniciativa, argumenta o senador, será a geração de emprego e renda por meio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e extrativos. A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

— É inegável o potencial agropecuário da Amazônia Oci-



Conforme projeto de Sebastião Rocha, distrito se localizaria no município de Porto Grande

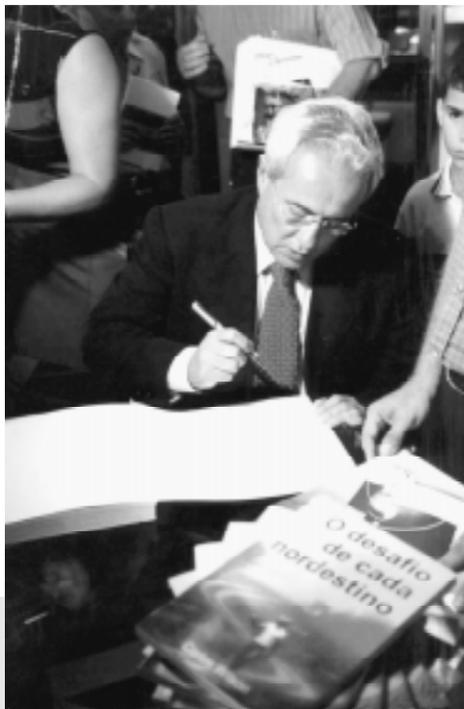
dental, e a implantação de um distrito agropecuário no Amapá contribuirá significativamente para o desenvolvimento do setor — resalta o senador.

# Wilson lança Constituição de Pernambuco em braile

O evento ocorreu domingo no Recife, durante a 3ª Feira Internacional do Livro. Várias instituições de deficientes visuais e bibliotecas públicas receberam exemplares do texto, pela primeira vez publicado no sistema de escrita em relevo

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) entregou exemplares da Constituição de Pernambuco em braile a instituições de deficientes visuais e a bibliotecas públicas do estado. A entrega ocorreu domingo, durante o lançamento da publicação realizado no estande do Senado na 3ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco. No local, o senador promoveu sessão de autógrafos de livros sobre sua atuação parlamentar, que durou mais de três horas. Os visitantes da feira fizeram uma grande fila para receber autógrafos e conversar com o senador.

— Eu fiz questão de aproveitar a feira do livro para fazer a distribuição desses livros, que são um balanço, uma satisfação que estou dando ao povo de Pernambuco. A receptividade está sendo tão boa que me deixa feliz, porque é uma forma de saber que o povo está reconhecendo o nosso trabalho em Brasília — afirmou. Foram também lançadas outras



Carlos Wilson também autografou no estande do Senado livros sobre sua atuação parlamentar. Visitantes fizeram fila para conversar com o senador

publicações do Conselho Editorial e da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado, como o livro *O Estado Novo*, de Francisco Campos, e o Estatuto da Cidade. Os visitantes receberam o livro *Da-*

*dos Biográficos dos Senadores de Pernambuco* e a Lei de Responsabilidade Fiscal, publicada pelo Interlegis, com comentários e orientações para prefeitos e vereadores.

Os representantes das instituições de deficientes visuais agradeceram ao senador e ao Senado a publicação da Constituição pernambucana em braile. Para o chefe da Seção Braile da Biblioteca Pública de Pernambuco, José Marcos Pereira da Silva, a iniciativa da Casa “ratifica e legitima a cidadania do portador de deficiência visual”.

— A publicação em braile é o reconhecimento de um direito constitucional, que é o acesso à informação. Pela primeira vez, aos meus 50 anos de idade, recebo a Carta Magna do meu estado — afirmou o superintendente estadual de apoio à pessoa com deficiência, Manuel Aguiar.

Já são dez as constituições estaduais publicadas em braile pelo Senado, que também já editou nessa escrita o Código de Defesa do Consumidor.

## Roberto Freire visita o estande do Senado

O estande do Senado na 3ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco recebeu ontem a visita do senador Roberto Freire (PPS-PE). Ele recebeu informações do pessoal da Casa sobre as obras publicadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações e sobre as atrações do estande, como a exposição de documentos históricos. Freire destacou a importância da política de publicação, pelo Senado, de livros com valor cultural e histórico.

— Muitas vezes, esses livros não têm valor para o mercado, mas são de fundamental importância para a reafirmação da cidadania — disse Freire, que distribuiu documentos sobre sua atuação parlamentar e a publicação *O Nordeste pós-Sudene*.

Informado de que a Constituição federal atualizada é uma das publicações mais procuradas no



No estande do Senado montado na Feira do Livro de Pernambuco, a Constituição é a publicação mais procurada

estande, Freire disse que o fato justifica a proposta que apresentou recentemente, pela qual o eleitor entre 16 e 18 anos, ao se alistar, deve receber um exemplar da Constituição.

— A Constituição é o principal produto do Legislativo brasileiro. Eu estou vendo que esse projeto se justifica plenamente — afirmou Freire, que comemorou o fato de a feira do livro no Recife estar se consolidando como evento rele-

vante no calendário cultural brasileiro. A mostra está sendo realizada no Centro de Convenções do Recife e vai até o dia 28 de outubro.

O senador comentou ainda o primeiro feriado compulsório realizado ontem no Nordeste. Lamentando a crise energética que o país atravessa e a necessidade da adoção de feriados compulsórios

no Nordeste, Freire acredita que “feriados é melhor que apagão”. — No feriado há prejuízos, mas é algo planejado, é uma ação ativa. No apagão, não. Você sofre, e de uma maneira desordenada, com prejuízos totais — disse.

Para Freire, o início das chuvas nas cabeceiras do Rio São Francisco, principal fonte de energia da região, pode minorar a necessidade dos feriados no Nordeste.

## Situação de cientista brasileiro é dramática, adverte Tião Viana

A dificuldade de colocação no mercado de trabalho enfrentada por pesquisadores qualificados levou o senador Tião Viana (PT-AC) a solidarizar-se ontem com os recém-doutores brasileiros que lançaram manifesto na revista científica *Nature*. Viana reconheceu o esforço do governo em fixar doutores nas diversas regiões do país com programas de concessão de bolsas para o desenvolvimento de pesquisas. Salientou, no entanto, que a medida não vem acompanhada pelo aumento do número de vagas no mercado de trabalho, especialmente nas universidades.

No manifesto, informou o senador, os recém-doutores afirmam que a comunidade científica brasileira está passando por uma dramática situação. “Diferentemente da Europa ou Estados Unidos, onde há um maior número de doutores do que oferta de emprego, no Brasil ainda temos uma grande demanda potencial de Ph.D. para empregos em pesquisa”, diz o documento. Segundo ainda os manifestantes, a maior parte da pesquisa se dá nas universidades federais, que apresentam carência



Tião Viana leu em Plenário manifesto de recém-doutores publicado na revista *Nature*

de pessoal. E os pesquisadores estão restritos em sua alocação de tempo e esforço, tanto para pesquisa quanto para ensino, sacrificando a qualidade das duas atividades.

Para o senador, “áreas estratégicas como ecologia, sociologia, economia, história e engenharia necessitam de engajamento de grupos de pesquisa em aspectos aplicados e básicos”, direcionados à resolução dos problemas nacionais. Ele lembrou que o governo não permitiu a oferta de empregos acadêmicos nas universidades nos últimos três anos, “como resultado de uma política que aparentemente almeja banir universidades públicas e a pesquisa básica realizada nelas”.

## Jucá propõe voto de louvor ao jornal “Folha de Boa Vista”

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) requereu ontem ao Plenário a aprovação de voto de louvor e aplauso ao jornal *Folha de Boa Vista*, e seus funcionários, que está completando 18 anos de fundação. Jucá ressaltou que o jornal, o mais antigo e de maior circulação do estado, tem sido, desde 1983, “um veículo de comunicação comprometido com as causas sociais de Roraima”.

Jucá destacou o pioneirismo da *Folha de Boa Vista* em Roraima, tendo sido o primeiro jornal a ter mais de uma cor e a ser rodado em impressora rotativa. E é o primeiro jornal do estado na Internet.

A *Folha de Boa Vista* é dirigida



Romero Jucá ressaltou o compromisso do jornal com “as causas sociais de Roraima”

pelo jornalista Getúlio Cruz, e tem como diretores Carvílio Pires, Jesse Freire, Carla Cavalheiro e Nilza Almeida. Paula Cruz é a diretora comercial, informou Jucá.